

# DOCUMENTO SÍNTESE

*LIVES*

## VIOLÊNCIA ARMADA E SAÚDE

Foto: Edilano Cavalcante - Fala Manguinhos

**CLAVES/ENSP  
FIOCRUZ**



# *Lives Violência Armada e Saúde*

## *Documento Síntese*

**Pesquisa Conflitos armados e saúde - investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso**

### **Coordenação**

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

### **Equipe**

Mayalu Matos Silva

Cristiane Batista Andrade

Maria Mônica Silva do Nascimento

Camila Athayde de Oliveira

Isabel Cristina Lopes Barbosa

Brena Costa de Almeida

### **Participantes/Debatedores das Lives**

Ana Paula Oliveira - Mãe de Manguinhos

Annelise Aurea Araújo de Moura - Estudante Psicologia IBMR

Beatriz Lomba - Graduada em Gestão Pública e militante do Levante Popular da Juventude  
Camila Bahia - Doutora em Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ, consultora Ministério da Saúde  
Camila Barros - Assistente Social e Pesquisadora/Redes da Maré  
Clara Maria - Estudante Psicologia IBMR  
Deison Fernando Frederico - Psicólogo e professor de psicologia IBMR  
Djefferson Amadeus - Membro da Cooperação Social da Fiocruz, Projeto Territórios  
Sustentáveis em Centros Urbanos da Cooperação Social (PTSCCU) e Radar das Favelas  
Douglas Maia - Jornalista, pesquisador e escritor  
Edilano Moreira Cavalcanti - Comunicador Social/Fala Manguinhos  
Eliene Vieira - Mãe de Manguinhos  
Fabiana Pinto - Graduada em Saúde Coletiva e Articuladora Mulheres Negras Decidem  
Fernanda Serpelone - Psicóloga, pesquisadora colaboradora do Claves/ENSP/Fiocruz  
Helena Abramo - Socióloga, Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo  
Isabel Barbosa - Assistente Social e Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos  
Jessyca Sampaio - Enfermeira e Pesquisadora  
Leandro Santos - Estudante de jornalismo e comunicador social  
Lourenço Cesar da Silva – Diretor do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré e do Museu  
da Maré / Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais do Ceasm/Membro do Portal  
Favelas. Formado em Geografia pela PUC-Rio e Mestre em Educação pela UFRJ  
Monique Cruz - Assistente Social, membro do Fórum Social de Manguinhos/Grupo de Pesquisa  
Sociabilidades urbanas e Mediações de conflito Estado e Sociedade (GPSEM)/ PPGSS/UFRJ  
Naldinho Lourenço - Membro de coletivo de Comunicação Comunitária  
Reinaldo Lopes - Geógrafo e Educador Popular  
Silvana Bitencourt - Pesquisadora e Professora UFMT  
Sofia Barreto - Agenda Jovem Fiocruz

Março de 2021

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

APS - Atenção Primária em Saúde

CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Claves – Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FSM – Fórum Social de Manguinhos

IBMR – Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação

PTSCCU – Projeto Territórios Sustentáveis em Centros Urbanos da Cooperação Social

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático

UFMT- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

VA - Violência Armada

## 1. Resumo da pesquisa

A pesquisa “Conflitos armados e saúde - investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso” teve como objetivo produzir evidências científicas sobre os impactos da Violência Armada (VA) na saúde física e mental da população moradora de Manguinhos e dos trabalhadores da saúde, da educação e de iniciativas da sociedade civil organizada, assim como sobre os serviços/equipamentos do território.

Para tanto, buscou identificar e descrever os impactos e sentidos atribuídos às vivências de VA sobre a saúde, produzindo um panorama dos principais agravos, dos desdobramentos na vida pessoal, familiar, comunitária e de trabalho e das repercussões sobre o funcionamento dos serviços/equipamentos.

## 2. Proposta do documento

Em março de 2020, pela necessidade de distanciamento social em razão da pandemia da Covid-19, a equipe de pesquisa se reestruturou propondo atividades remotas com o intuito de apresentar os resultados da pesquisa<sup>1</sup> e promover debates. Adaptando-se à nova realidade, foram organizadas reuniões virtuais para devolutivas com os participantes da pesquisa e encontros remotos abertos ao público em geral em redes sociais como *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*, aqui denominados *lives*.

Para realização das *lives* construímos parcerias com instituições de ensino e pesquisa, coletivos de pesquisadores e trabalhadores, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e moradores de Manguinhos e bairros vizinhos. A equipe de pesquisa criou o Canal Violência e Saúde no *YouTube*<sup>2</sup>, que sediou alguns destes encontros, todos gravados e disponíveis publicamente, reunindo um extenso e denso material sobre a temática VA e saúde.

Contamos com significativa participação do público em geral. Até março de 2021 foram cerca de 2.000 visualizações e muitas intervenções nos *chats*. O presente documento tem como

---

<sup>1</sup> Para conhecer os principais dos resultados da pesquisa, acesse o documento: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/43349/4/Suma%20de%20Resultados%20da%20Pesquisa%20sobre%20Violência%20e%20Saúde%20em%20Manguinhos%20.pdf>

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCujx0VR8E5MrsktbrWzOf0w>

finalidade apresentar uma síntese dos principais pontos debatidos nas *lives* e seus links para acesso ao material na íntegra.

### 3. Síntese das *lives* e principais temas

Dada a complexidade da temática VA, tivemos como objetivo ampliar o diálogo com diversas organizações sociais do Rio de Janeiro interessadas no enfrentamento desse grave problema de saúde pública que impacta diariamente, sobretudo, territórios vulnerabilizados da cidade, como é o caso de muitas favelas.

Destacamos que o conteúdo de cada *live* foi pensado em parceria com os interlocutores, buscando criar espaços de visibilização e problematização de temas identificados por eles como mais relevantes a partir de suas práticas e vivências. Consideramos que o expressivo número de pessoas que acessou (e continua acessando) as *lives* é um indicador da relevância do tema para a sociedade.

#### 3.1. Violência Armada: violência estrutural, racismo e saúde

A violência estrutural<sup>3</sup> foi tema recorrente em todas as *lives*. Ela se relaciona às estruturas sociais que criam e mantêm as desigualdades e a injustiça social, condenando parte expressiva da população a condições de vulnerabilidade e fomentando iniquidades em saúde.

A violência estrutural foi associada ao racismo estrutural<sup>4</sup>, tema central para o compreensão da violência no país. As classificações raciais, que criam hierarquias valorativas entre os seres humanos marcam nossa história desde o período colonial, legitimando a expropriação do trabalho negro e a violência exercida sobre esses corpos, estando no cerne das desigualdades sociais inerentes à sociedade brasileira que mantém a população negra na base da pirâmide social. Falar em violência estrutural implica reconhecer que grande parte desta é exercida sobre as populações negras, expropriadas por séculos e mantidas em posição de vulnerabilidade, o que implica em violações de direitos humanos básicos como à saúde, educação, segurança, moradia e, sobretudo,

---

<sup>3</sup> MINAYO, Maria Cecília de S. *A violência Social sob a perspectiva da saúde pública*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994.

<sup>4</sup> ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

à vida. Tais direitos são constantemente violados nos territórios negros da cidade, sobretudo devido à VA protagonizada por forças públicas de segurança e grupos armados com domínio de território.

Um dos principais temas abordados foi a política de segurança pública baseada na "guerra às drogas", que impacta gravemente os territórios de favela e a saúde de moradores e trabalhadores, uma vez que o poder das armas de fogo é exercido nesses locais praticamente sem restrições, não obstante os resultados extremamente limitados no controle do consumo de substâncias ilícitas. O investimento público em armas e operações policiais, em detrimento da garantia de direitos, foi destacado como marca de uma política de Estado onde o racismo exerce papel fundamental, uma vez que ações militarizadas e violentas acontecem quase que exclusivamente nos territórios pobres da cidade, embora a venda e consumo aconteçam em toda a cidade. Esses espaços vêm sendo historicamente marcados por estereótipos criminalizantes e desqualificadores que legitimam a recorrência das violações de direitos da população.

A gente quer uma outra segurança pública, mas uma que seja pautada na vida, não na morte das pessoas. Essa é a grande questão (Naldinho Lourenço, Comunicador Popular - *Live Povo x Estado* - TV Portal Favelas).

A "política de morte" voltada ao controle dos "perigosos" que habitam determinados territórios das cidades nega a humanidade do outro e torna possível qualquer violência, desde agressões até a morte. A necropolítica, expressão cunhada por Mbembe<sup>5</sup>, foi tema ressaltado em diversas *lives*. Tal política mata e faz adoecer.

O que vim trazer hoje é um relato do que o Estado faz com a saúde mental das pessoas. Os agentes da lei hoje nos deixam doentes, eles não protegem. Eles trazem a sensação de insegurança constante, quando estão dentro da comunidade temos a sensação de que a qualquer momento podemos ser agredidos ou mortos por bala perdida (Leandro Santos, Comunicador Popular - *Live Juventude*, "guerra às drogas" e violência armada: um debate a partir de Manguinhos, Canal Violência e Saúde).

No imaginário social, jovens negros moradores de favela são construídos como "inimigos", potencialmente perigosos, e, por isso, alvo privilegiado das ações policiais, a exemplo de

---

<sup>5</sup> MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

abordagens abusivas. Foram diversos os relatos sobre os impactos da criminalização em suas vidas e sobre o medo de tornarem-se "mais um número" nas estatísticas de homicídios. São recorrentes sentimentos como injustiça social, mal-estar e cansaço, relacionados a um cotidiano repressivo.

Eu falei para meus amigos que ia passar a andar com a lei debaixo do braço, para dizer que eu sou livre, que tenho o direito de ir e vir, que eu não preciso ficar dizendo de onde eu venho, pra onde vou e o que vou fazer. (...) Hoje tenho duas Constituições na minha casa, porque se perder uma tenho a outra e eu vou andar com ela para fazer valer os meus direitos, como cidadão negro, pobre e favelado (Leandro Santos, Comunicador Popular - *Live Juventude*, "guerra às drogas" e violência armada: um debate a partir de Manguinhos, Canal Violência e Saúde).

Não apenas os jovens são impactados, mas também suas famílias e comunidades. Foram vários os relatos de familiares que experenciam a sensação constante de risco iminente por seus filhos, temendo violações de direitos e mesmo a morte.

Outra consequência da política de segurança é o encarceramento da população favelada, tema abordado em várias *lives*. O envolvimento com o mercado de drogas ilícitas acaba se configurando como uma oportunidade de trabalho para diversos jovens, o que acaba por criar um ciclo vicioso de exclusão: uma vez tendo passado pelos sistemas socioeducativo e prisional, as oportunidades de trabalho formais tornam-se ainda mais escassas.

Apesar das consequências da "guerra às drogas" para territórios de favela e na vida de seus moradores, o debate público sobre as drogas para além da questão de segurança pública é ainda escasso. A saúde pública e os lucros associados à ilegalidade do mercado de drogas e armas, para citar alguns fatores intrinsecamente associados à questão, não estão em pauta. Embora a medicalização da sociedade avance a passos largos, assim como o uso e abuso de álcool, naturaliza-se a violência relacionada ao processo de criminalização de algumas substâncias tornadas ilícitas.

O papel da grande mídia na veiculação de uma narrativa que recorrentemente estigmatiza os territórios de favela e seus moradores e desconsidera suas histórias de vida invisibilizando a luta dos movimentos sociais foi lembrado pelos participantes das *lives*. Foram citadas iniciativas de organizações da sociedade civil que buscam produzir e divulgar dados sobre confrontos relacionados a operações policiais, identificando impactos como violações de direitos do tipo



invasão de residências, restrições na locomoção, prejuízos na frequência a trabalho e estudo e interrupção de serviços, entre outros.

Diante dos impactos da VA na vida das pessoas, a perspectiva ampliada de saúde também foi tema presente nos debates, ideia esta que se relaciona à saúde como exercício do bem viver, observando-se as condições de vida, a mobilidade urbana, a não violência, o pertencimento comunitário, a construção de redes de apoio e o acesso à moradia, educação e demais direitos. Considera-se que as condições de vida, bem como a exposição à VA, incidem sobre a saúde física e mental - dimensões inseparáveis da vida humana.

Nos encontros contamos com a participação de diversos profissionais que trouxeram relatos sensíveis de experiências e expuseram fragilidades provocadas pela vivência de VA, como impactos em sua saúde e daqueles com quem atuam. Ficou evidente o escasso apoio institucional frente a situações que os sobrecarregam subjetiva e concretamente e o desenvolvimento de estratégias de apoio mútuo, como grupos de escuta. Nesse sentido, nas reuniões de devolutiva e *lives*, foi destacada a necessidade de construção de espaços de acolhimento, fala e escuta coletiva para profissionais de saúde para que estes possam, inclusive, melhor apoiar a população.

### **3.2. Desigualdades sociais, COVID-19 e mobilização popular**

As *lives* destacaram a importância dos movimentos sociais e organizações locais enquanto espaços de resistência capazes de proporcionar acesso à compreensão da realidade, à formação política crítica e ao fortalecimento da identidade e da auto estima, ou seja, como promotores de saúde. Diversos interlocutores ressaltaram a potência de movimentos de jovens negros, mulheres e LGBTI+, que fazem frente aos ataques a direitos e constroem estratégias e redes de proteção. Coletivos como esses são fonte de apoio e enfrentamento ao sofrimento e aos inúmeros impactos na saúde decorrentes da VA, sobretudo a relacionada à violência de Estado.

No entanto, a atuação de movimentos populares de favela também pode implicar em riscos para seus membros. Diversas organizações sofrem ameaças, principalmente as que trabalham com denúncias de violências e violações de direitos, defesa de direitos humanos e enfrentamento à VA e ao encarceramento da juventude.

No contexto da pandemia da COVID-19 diversos coletivos foram criados e ou fortalecidos, estando ainda mais ativos na produção de cuidado, acolhimento e apoio mútuo, além de orientarem e encaminharem em caso de demandas específicas, como necessidade de atendimentos em saúde. Novas frentes de ação foram criadas a partir da mobilização contra a insegurança alimentar, articulando-se incansavelmente para arrecadação e distribuição de insumos para as famílias mais vulnerabilizadas. A pandemia tem evidenciado o abismo de desigualdades sociais e a violência estrutural que constituem a sociedade brasileira. Moradores de favela têm historicamente maiores dificuldades de acesso a esgotamento sanitário e abastecimento de água, um obstáculo à adoção das medidas de higiene requeridas para proteção à contaminação e estão mais vulneráveis a relações de trabalho precarizadas, sobretudo os jovens inseridos no mercado informal ou desempregados. A atuação dos movimentos foi contraposta às críticas em relação às responsabilidades do Estado e às recorrentes denúncias de fraudes e desvios no uso de dinheiro público.

Duas decisões jurídicas que dizem respeito à relação entre VA e pandemia foram destacadas como importantes para a proteção de moradores de favela. Ambas se referem à realização de operações policiais: a primeira ordenou sua suspensão durante a pandemia, em 5 de junho de 2020, e a segunda, em 17 de agosto de 2020, conhecida como ADPF das Favelas (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635), "impôs novas restrições à política de segurança pública do Estado", sendo considerada "um grande passo no enfrentamento à brutalidade policial e ao racismo institucional"<sup>6</sup>.

### **3.3. Violência armada: precarização do sistema de saúde e pandemia**

Foi intensamente debatida em várias *lives* a precarização da saúde pública, o sucateamento e desmantelamento de serviços e das relações trabalhistas, a sobrecarga e desvalorização dos profissionais e a escassez de investimentos, tudo isso em um contexto de recorrência de VA. Trabalhadores da saúde vivem uma situação de ameaça de perda de direitos em função de mudanças de contratos de trabalho, exercem atividades em condições precárias, em unidades com estrutura frágil e sem apoio. Em dezembro de 2020 a UPA Manguinhos foi fechada e assim

---

<sup>6</sup> Para mais informações ver <https://www.adpfdasfavelas.org/>

permanecia até março de 2021, representando uma enorme perda para a população, sobretudo em contexto de pandemia.

A COVID-19 aumentou e modificou as demandas em saúde direcionadas aos serviços, gerando sobrecarga do sistema, necessidade de reorganização do processo de trabalho e implementação de um plano de enfrentamento à pandemia. Isso representou, para os profissionais, uma nova carga de trabalho e de preocupações com a população, consigo mesmos e com suas famílias. Foram apontadas dificuldades relativas ao distanciamento social e uso de máscaras, o que implica em grave risco de disseminação do novo coronavírus dentro das unidades e em seus territórios de atuação. Soma-se a esse cenário a ocorrência de situações envolvendo VA que implicam em restrições de acesso aos equipamentos de saúde, suspensão e interrupção de atendimentos externos e dificuldades de circulação de ambulâncias. Os profissionais precisam lidar com a frustração dos usuários quando estes aguardam muito tempo por uma consulta ou quando as unidades são fechadas em função da VA.

Em relação à pesquisa que dá origem a este documento, muitos profissionais afirmaram se identificar com seus resultados e com os debates realizados, apresentando seus próprios relatos de vivências de situações de VA que envolvem ameaças, dificuldades para transferir usuários para outras unidades e realização de atendimentos em meio a tiroteios.

Houve relatos de descontinuação de atividades de formação pela gestão (2017-2020) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio de Janeiro, como uma ação de educação permanente com profissionais da Atenção Primária em Saúde (APS) em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para identificação de problemas de saúde mental em decorrência da VA, cujo objetivo era sensibiliza-los para acolhimento de usuários e encaminhamento adequado dos casos o que, por sua vez, diminuiria a sobrecarga na rede de saúde. Tal situação ilustra um quadro no qual iniciativas relevantes para produção de cuidado e desenvolvimento de uma visão ampliada de saúde tendem a ser desvalorizadas e descontinuadas, reforçando a permanência de uma lógica biomédica e medicalizante.

### 3.4. "Naturalização" e "banalização" da Violência Armada?

Um tema recorrente na pesquisa e nas *lives* foi a suposta "naturalização" e "banalização" da VA. Os discursos foram contraditórios e os interlocutores problematizaram se, frente a histórias de vida marcadas pela recorrência de VA, poderíamos falar em *naturalização* ou *banalização* ou se seria o caso de pensar o desenvolvimento de outros processos para lidar com esse cotidiano e dar continuidade às atividades diárias como estudo, trabalho e lazer.

Diversos profissionais de saúde refletiram que, em parte, suas ações também eram "naturalizadas", pois, apesar de muitas vezes estarem vivenciando graves situações de VA como tiroteios, se empenhavam na manutenção de suas atividades. Quando provocados à problematização, houve estranhamento ao se perceberem mantendo o exercício de suas funções mesmo nesse contexto.

Ao longo dos debates, os interlocutores refletiram sobre a importância de identificar e nomear a VA, não tomando-a como "normal" ou inerente a seu contexto de trabalho e/ou moradia mas, ao contrário, reconhecendo que, recorrentemente, a violência presente nos espaços de favela é diferente de outros espaços da cidade.

### 3.5. Mulheres e cuidado em saúde

Quando discutido o cuidado, seja relativo à saúde pessoal e da família, seja como trabalho, as mulheres apareceram como protagonistas. A maioria das profissionais de saúde são mulheres e enfrentam muitas vezes uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Socialmente, associa-se o gênero feminino ao cuidado, o que faz com que historicamente as mulheres sejam a maior parte da força de trabalho no setor saúde e também a maioria das usuárias dos serviços. São elas, ainda, as grandes responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar das crianças, muitas vezes intercortada pela ocorrência de operações policiais nas favelas, noticiadas através de redes sociais e da grande mídia.

Outro aspecto relacionado às mulheres e VA é relativo às suas experiências de luto pela perda de filhos mortos ou presos justa ou injustamente, fatos esses associados às ações policiais e ou de facções criminosas. Reunidas em coletivos, essas mulheres se mobilizam para se apoiarem e darem visibilidade ao problema, ressaltando os impactos em sua saúde física e mental provocados por essa violência e a necessidade de que haja políticas de saúde voltadas à elas.

### 3.6. Estratégias de enfrentamento à VA: a contribuição dos debates

A necessidade de discutir e repensar as políticas públicas, em particular a de segurança, esteve presente na maioria dos debates. Foi destacada a importância da construção conjunta, em diálogo com a população, de ações e estratégias de intervenção nos territórios, de apoio a ações da sociedade civil organizada voltadas ao desenvolvimento de iniciativas de promoção da saúde e de valorização e o fortalecimento de espaços públicos e de trocas comunitárias, fundamentais para o fortalecimento dos laços sociais.

Também fundamental é a valorização dos profissionais de saúde e de educação e sua formação e capacitação, de modo que possam desenvolver ferramentas adequadas para produzir um cuidado ampliado e espaços de acolhimento e apoio. Em alguns casos, quando houver demanda para apoio psicológico, é preciso que haja serviços para onde encaminhar as pessoas. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), por exemplo, pode afetar pessoas com história de vivência de VA que desenvolveram traumas relacionados a tais situações, porém muitos tratamentos privilegiam uma medicalização do sofrimento e não o trabalho com a situação causadora do trauma.

Os dois instrumentos jurídicos lançados em 2020 - Ação Civil Pública e ADPF das Favelas - foram mencionados como formas de incidir nas políticas de segurança e reduzir a realização de operações policiais em favelas. A ADPF é considerada um marco na segurança pública pela histórica dificuldade de incidência nas formas atuais de ação das polícias e por ter sido uma conquista da sociedade com grande participação das favelas e outros movimentos sociais. Diversos interlocutores ressaltaram os impactos positivos dessas ações, reduzindo em torno de 70% o número de mortes, mas também denunciaram o seu descumprimento. Muitas falas chamaram à responsabilidade o poder Judiciário e outras instâncias como o Ministério Público no cumprimento da lei.

A produção de material, como cartilhas, que auxilie no conhecimento das leis e dos direitos da população em situações de VA foi tida como uma importante ação. Por outro lado, essa ação pode não surtir os efeitos desejados, uma vez que, para grande parte da população, notadamente a negra, este conhecimento não altera significativamente o quadro de violações perpetradas pelas forças de segurança. Nesse sentido, foi destacada a importância de se empreender um debate sobre

raça e classe a partir da perspectiva da interseccionalidade<sup>7</sup>, em particular no que diz respeito à violência policial.

Um dos movimentos sociais interlocutor nas *lives* foi a ONG Redes da Maré<sup>8</sup>, organização que desenvolve uma metodologia de monitoramento e produção de dados sobre os confrontos armados nesse bairro. Desde 2016 publicam o Boletim “Direto à Segurança Pública na Maré”, onde é possível encontrar informações sobre as operações policiais tais como: agentes envolvidos; dias de ocorrência; motivação; direitos violados; quantidade de mortos e feridos; número de invasões de domicílio, torturas, danos ao patrimônio, subtração de pertences, violência física, verbal e sexual; e dias sem aula e com unidades de saúde fechadas. Outro projeto é o “Maré de Direitos” parte do eixo de atuação “Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça”, que acompanha os casos de violações e pauta o debate sobre a segurança pública como direito.

#### 4. Considerações finais

O presente documento teve como objetivo apresentar uma síntese dos debates realizados no âmbito da pesquisa “Conflitos armados e saúde - investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso”. Em função da pandemia da COVID-19 a programação original de rodas de conversa precisou ser reestruturada e a atividade adaptada para o formato remoto. Apesar da perda do contato e da vivência presencial com as pessoas no seu espaço de vida e trabalho, as *lives* possibilitaram uma ampliação do debate para "além muros" e limites geográficos, envolvendo e chegando a pessoas de outros territórios de forma síncrona e assíncrona. A disponibilidade dos arquivos gravados, nas redes sociais, ajuda a manter a discussão viva, aberta e presente.

Pautar o tema da VA e estabelecer uma ponte de diálogo entre diferentes esferas da sociedade - academia, movimentos sociais e população em geral - foi destacada como uma importante ação de visibilização do problema. Apresentar e debater dados produzidos por pesquisas em favelas propicia o acesso a informações e provoca reflexões diversas daquelas

---

<sup>7</sup> Para mais informações ver DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 entre outras.

<sup>8</sup> Para conhecer mais sobre o projeto, você pode acessar: <https://www.redesdamare.org.br/>

reiteradamente apresentadas por órgãos oficiais de imprensa, contribuindo para a construção de um panorama sobre os impactos da VA nesses territórios e na saúde das pessoas. Assim, considera-se extremamente relevante visibilizar os efeitos deletérios da atual política de segurança e provocar um debate sobre caminhos alternativos.

## 5. Lives e endereços de acesso

- Violência Armada e Favela: diálogos entre Manguinhos e Maré, apresentando os resultados da pesquisa “Conflitos armados e saúde” e do monitoramento “De olho na Maré”, realizada no canal Violência e Saúde no *Youtube*, em 06 de agosto de 2020. Participantes: Camila Barros, Fernanda Mendes Lages Ribeiro e Mayalu Matos. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=fZcIf6iYZqM&t=1479s>
- Apresentação da pesquisa "Conflitos armados e saúde em Manguinhos", transmitida via *Facebook* do coletivo Fala Manguinhos, em dia 07 de agosto de 2020. Participantes: Edilano Cavalcante e Fernanda Mendes Lages Ribeiro. Disponível no link: <https://fb.watch/28fq0WCxOG/>
- Violência Armada e Covid-19, realizada no Canal Cuidado e Sociedade no *YouTube*, em 20 de agosto de 2020. Participantes: Cristiane Batista Andrade, Fernanda Mendes Lages Ribeiro, Jéssyca Félix e Silvana Bitencourt. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=6pgndHsnDx0>
- Produção de conhecimento e ativismos: Jovens Investigadores em Juventude e Saúde, realizada no Canal Agenda Jovem - Fiocruz no *YouTube*, em 07 de agosto de 2020. Participantes: André Sobrinho, Beatriz Lomba, Douglas Colarés, Fabiana Pinto, Helena Abramo, Isabel Barbosa, Reinaldo Lopes e Sofia Barreto. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=thTIHTL5Ins&t=1s>
- Povo x Estado, realizada no canal TV Portal Favelas no *Youtube*, em 11 de setembro de 2020. Participantes: Brena Costa de Almeida, Dj Jefferson Amadeus, Lourenço Cezar e Naldinho Lourenço. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Ev8TZYTnbdI>

- Violência, Saúde e Favela: o caso de Manguinhos, realizada no canal Bate Papo Saúde no *Instagram*, em 22 de setembro de 2020. Participantes: Camila Bahia e Fernanda Mendes Lages Ribeiro. Disponível no link: <https://www.instagram.com/tv/CFdOL4KH1wZ/?igshid=xsnc4u0wwuxy>
- Encontros CAPI: Violência e Saúde Mental, realizada no canal CAPI IBMR no *Youtube*, em 8 de outubro de 2020. Participantes: Clara Maria, Deison Frederico, Fernanda Mendes Lages Ribeiro e Fernanda Serpeloni. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=MAUDr8q1rF4>
- Luta e resistência das mães e familiares de vítimas de violência de Estado, realizada no canal Violência e Saúde no *Youtube*, em 14 de outubro de 2020. Participantes: Ana Paula Oliveira, Eliene Vieira, Brena Almeida. Disponível no link: [https://www.youtube.com/watch?v=3vckNBabR\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=3vckNBabR_o)
- Juventude, Guerra às drogas e violência armada: um debate a partir de Manguinhos, realizada no Canal Violência e Saúde no *Youtube*, em 20 de outubro de 2020. Participantes: Fernanda Mendes Lages Ribeiro, Leandro Santos, Isabel Barbosa, Monique Cruz. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=HketgdZwy6Q>